



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000394272

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1507657-80.2023.8.26.0302, da Comarca de Jaú, em que é apelante MUNICÍPIO DE MINEIROS DO TIETE, é apelado IMOBILIARIA PERALTA LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram do recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI (Presidente sem voto), HENRIQUE HARRIS JÚNIOR E RICARDO CHIMENTI.

São Paulo, 24 de abril de 2025.

FERNANDO FIGUEIREDO BARTOLETTI

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 11426

Apelação nº 1507657-80.2023.8.26.0302

Comarca: Jaú

Recorrente: Município de Mineiros do Tiete (exequente)

Recorrida: Imobiliária Peralta Ltda

Ementa: Apelação – Execução fiscal – IPTU dos exercícios de 2018 a 2020 e 2022 no valor total de R\$ 278,43, em 06/12/2023 – Município de Mineiros do Tietê – Sentença extinguindo a ação com fundamento no art. 485, I e VI, do CPC, reconhecendo a falta de interesse de agir do exequente, aplicando a tese jurídica firmada pelo E. STF no tema de repercussão geral nº 1.184 e a Resolução CNJ nº 547/24, apontando que o feito executivo foi ajuizado “em data posterior a 19/12/2023” e não foi “comprovada a tentativa prévia de conciliação ou adoção de solução administrativa, e protesto do título” – Insurgência da Municipalidade por meio de recurso de apelação – Apelo que não merece conhecimento na forma do art. 34, da LEF, e do art. 4º, do Provimento CSM nº 2.738/2024 – Observância do tema de recursos repetitivos nº395 – Valor de alçada superior ao crédito executado – Recurso não conhecido.

Trata-se de apelação interposta pelo **Município de Mineiros do Tietê** contra a r. sentença de fls.108/110, complementada às fls.122/123, proferida em execução fiscal ajuizada contra **Imobiliária Peralta Ltda.**, relativa a débitos de IPTU dos exercícios de 2018 a 2020 e 2022, do imóvel cadastrado sob o nº 3691, no valor total de R\$ 278,43, em 11/12/2023 (fls.1/6).

O sentenciante extinguiu a ação com fundamento no art. 485, I e VI, do CPC, reconhecendo a falta de interesse de agir do exequente, aplicando a tese jurídica firmada pelo E. STF no tema de repercussão geral nº 1.184 e a Resolução CNJ nº 547/24, apontando que o feito executivo foi ajuizado “em data posterior a 19/12/2023” e não foi “comprovada a tentativa prévia de conciliação ou adoção de solução administrativa, e protesto do título”, sem arbitrar verba honorária.

Inconformado, apela o exequente defendendo a “nulidade absoluta da sentença”, invocando o disposto no art. 3º, da Resolução mencionada, alegando que

“a sentença fundamentou-se em premissas ilegais”, aduzindo que as medidas administrativas prévias previstas na norma não são cumulativas. De outra parte, insiste na regularidade da CDA, sustentando que indicou bem imóvel à penhora, pontuando que existe lei local definindo quantia a ser considerada como de pequeno valor. Ao final, indica que *“o valor de R\$ 10 mil reais não devem ser considerados como “nota de corte” para impedir o ajuizamento de novas execuções fiscais, devendo ser aplicado, apenas e tão somente, nas execuções já em curso, especificamente na situação de a execução encontrar-se sem movimentação a mais de 1 ano”*, e que a soma das execuções fiscais propostas contra o executado supera os R\$ 10.000,00, apontando que não foi apreciado o pedido subsidiário de suspensão da ação. Pugna, assim, pelo provimento do recurso (fls.126/133).

Recurso tempestivo e dispensado de preparo.

É o relatório.

O apelo comporta imediato julgamento, independentemente da abertura de prazo para apresentação de contrarrazões, sendo certo que o executado sequer foi citado e o inciso V do artigo 932 e o § 1º do artigo 1.010, ambos do CPC, devem ser interpretados sob a luz do contraditório útil, ou seja, o da eficiência indicada na parte final do artigo 8º do CPC.

Nesse sentido, oportuno destacar a orientação emanada dos Enunciados nº 3, 5 e 6 da ENFAM, *in verbis*:

- 3) *“É desnecessário ouvir as partes quando a manifestação não puder influenciar na solução da causa”.*
- 5) *“Não viola o art. 10 do CPC/2015 a decisão com base em elementos de fato documentados nos autos sob o contraditório”.*
- 6) *“Não constitui julgamento surpresa o lastreado em fundamentos jurídicos, ainda que diversos dos apresentados pelas partes, desde que embasados em provas submetidas ao contraditório”.*

Embora tempestivo e dispensado de preparo, o apelo não merece

conhecimento, na forma do art. 34, da LEF, e do art. 4º, do Provimento CSM nº 2.738/2024.

Isso porque, como é cediço, para o valor de alçada, prevê o artigo 34 da LEF:

“das sentenças de primeira instância, proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração”.

Diante da divergência existente quanto ao valor correspondente a 50 ORTN, o C. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº1.168.625/MG de relatoria do Ministro Luiz Fux (DJe de 1º/7/2010), deixou assentado, em recurso representativo de controvérsia (tema de recursos repetitivo nº 395), sujeito ao procedimento do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, que 50 ORTN correspondem a R\$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), passíveis de atualização a partir de janeiro de 2001 pelo IPCA-E até a data do ajuizamento da execução fiscal.

Assim, em resumo, o STJ consolidou o entendimento de que 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R\$ 328,27, valor que deverá ser atualizado a partir de janeiro de 2001 pelo IPCA-E (REsp 607.930/DF).

A execução fiscal originária foi ajuizada em 30/12/2023 objetivando a cobrança de débitos no valor total de R\$278,43, em 11/12/2023 (fls.1).

A r. sentença atacada extinguiu a demanda pela falta de interesse de agir, aplicando a tese jurídica firmada pelo E. STF no tema de repercussão geral nº 1.184 (fls.108/110 e fls.122/123).

Ocorre, contudo, que o valor da causa era inferior a 50 ORTN na data da distribuição da execução fiscal e o C. Supremo Tribunal Federal já afirmou a constitucionalidade do disposto no artigo 34 da Lei n. 6.830/80, segundo o qual a sentença proferida em execução fiscal com valor igual ou inferior ao equivalente a 50 (cinquenta) ORTN somente pode ser impugnada por meio de embargos infringentes ou de declaração (cf. AgR AI 710.921/RS, Rel. Min. Eros Grau, 2ª turma do STF, julgado em 10/06/2008, DJe de 26/06/2008).

No caso dos autos, o valor da execução fiscal (R\$477,42), na data da distribuição da ação, era inferior ao limite de alçada aplicável à época (R\$1.249,10) (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>) e, quando da interposição do recurso em 13/02/2025 (fls.126), não mais havia dúvida objetiva de que o recurso cabível *in casu* era o de Embargos Infringentes, o que inclusive afasta, por completo, a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade.

Como se vê, o recurso cabível contra a sentença era o de Embargos Infringentes, em razão do crédito exequendo ser menor do que o valor de alçada.

A conclusão é que o recurso é inadmissível, por inobservância do princípio da correspondência (artigo 932, III, do CPC), circunstância que caracteriza nulidade insanável.

Nesse sentido, prevê expressamente o art. 4º, do Provimento CSM nº 2.738/2024, editado justamente para tratar “*sobre a aplicação do Tema 1.184 da repercussão geral e da Resolução nº 547 do Conselho Nacional de Justiça às execuções fiscais que tramitam em 1º e 2º graus*”, *in verbis*:

“Artigo 4º - Nas execuções fiscais cujo valor não supere as 50 ORTN previstas no art. 34 da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, apelações e agravos de instrumento não serão conhecidos pelo Tribunal, ainda que versem sentenças ou decisões interlocutórias relacionadas ao Tema 1.184 da repercussão geral e à Resolução nº 547 do Conselho Nacional de Justiça” (grifei).

Embora não conhecido o apelo, deixo de aplicar o disposto no art. 85, § 11, do CPC (sucumbência recursal), pois ausente o arbitramento de verba em primeiro grau, tampouco a constituição de patrono *ex adverso*.

Ante o exposto, **não se conhece do apelo, nos termos dos artigos 1.011 e 932, III, do CPC.**

FERNANDO FIGUEIREDO BARTOLETTI
Relator